COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 5.166, DE 2013

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Autor: Deputado ADRIAN

Relator: Deputado MÁRCIO MACÊDO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, por meio de seu art. 1º, altera a o § 2º do art. 4º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que “dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências”, determinando que os referidos produtos somente poderão ser produzidos e comercializados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

A proposição encontra-se, no momento, sob a apreciação de mérito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde, encerrado o prazo regimental, recebeu duas emendas, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini.

A primeira emenda acrescenta inciso ao § 2º, modificado pelo presente Projeto de Lei, determinando que o registro será concedido mediante laudo técnico que comprove que a utilização dos insumos não causa risco ambiental.

A segunda emenda, por sua vez, modifica o texto do § 2º, anteriormente proposto pelo Projeto de Lei, excluindo a exigência de que o registro em órgão federal se faça de acordo com diretrizes do órgão federal responsável pelo meio ambiente, mantendo apenas as diretrizes dos órgãos federais de saúde e agricultura.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A iniciativa do ilustre Deputado Adrian de atualizar a sistemática que autoriza a produção e comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes é extremamente oportuna e bem-vinda. Propõe que a produção e comercialização desses itens sejam reguladas por meio de seu registro em órgão federal, não apenas segundo diretrizes do órgão responsável pela agricultura, como está previsto na Lei, mas também segundo diretrizes dos órgãos responsáveis pela saúde e pelo meio ambiente.

A norma que disciplina a produção e a comercialização desses produtos entrou em vigor ainda em 1980, com a sanção da Lei nº 6.894, em 16 de dezembro daquele ano.

O autor do Projeto pondera que, de lá para cá, a realidade da produção agrícola mudou completamente, com adoção de modernas tecnologias e aumento de produtividade. E que a mudança de perfil se fez também acompanhar de maior preocupação relativa aos impactos que essas mudanças têm sobre a saúde e o meio ambiente. O advento de leis posteriores, disciplinando a atividade agrícola, já refletiram essas preocupações. É o que podemos ver nas legislações relativas aos agrotóxicos, ao emprego de sementes e mudas na agricultura e também ao uso de organismos geneticamente modificados.

A norma anteriormente citada, relativa aos insumos agropecuários, no entanto, possivelmente em razão da escassez de informações à época, como enfatiza o autor, não teve em sua abrangência a preocupação com a saúde e o meio ambiente.

Hoje, têm-se evidências suficientes de que o uso desses insumos também resulta em riscos como, por exemplo, a disseminação de metais pesados, de substâncias tóxicas e de agentes patogênicos, com impactos sobre a saúde das pessoas e do meio ambiente. Além disso, deve-se ressaltar a preocupante eutrofização dos corpos d'água, causada, principalmente, pelo aumento da concentração de fósforo e nitrogênio, que resulta na elevação dos custos do tratamento da água para consumo humano, na mortandade de peixes, com prejuízos à pesca, à aquicultura, à navegação e ao turismo, como bem salientou o autor do Projeto.

Muitos já devem ter conhecimento de uma publicação científica de 2009, que tratou, pela primeira vez, dos limites planetários de forma quantificável. O clássico trabalho de Rockström destacou três limites que já foram rompidos, dentre nove limites analisados. São eles: 1 - a circulação atmosférica e oceânica que regula o clima, devido ao aquecimento global e mudanças climáticas; 2 - a capacidade autoregulatória dos ecossistemas, devido à redução drástica da biodiversidade, e, por fim, 3 - a ciclagem natural do nitrogênio, decorrente da conversão antropogênica do gás N_2 em formas reativas de nitrogênio, essa última exatamente devido à eutrofização dos corpos d'água.

E o que vem a ser eutrofização? A eutrofização é causada pelo excesso de fósforo ou nitrogênio numa massa de água. Quando isso acontece, o fitoplâncton (algas microscópicas) passa a reproduzir-se em grande quantidade, assim como o zooplâncton. O aumento da biomassa pode levar à redução do oxigênio dissolvido (anoxia), provocando a morte desses microorganismos. Sua decomposição torna a água ainda mais pobre em oxigênio, provocando a morte de peixes e outros animais e a formação de gases tóxicos, deteriorando a qualidade da água e alterando profundamente o ecossistema.

Acontece que a interferência antropogênica no ciclo do nitrogênio e do fósforo era fenômeno notado, antes, apenas em esfera local, passando a ser observada em escala regional, alcançando, hoje, proporções globais, com mudanças abruptas em ecossistemas lacustres e marinhos.

A eutrofização, como um problema global e agravada pela contaminação por outras fontes de poluição ao redor do mundo, tem largo impacto na economia de regiões inteiras, assim como no contexto social da qualidade de vida e na saúde humana, segundo afirma o professor Tundisi, profundo conhecedor do tema.

A atual modificação humana no ciclo do nitrogênio é profunda. As atividades humanas, hoje, convertem mais o gás N_2 da atmosfera em formas reativas que todos os processos terrestres do Planeta combinados.

Apesar de o propósito principal da maioria deste novo nitrogênio reativo ser para o aumento da produção de alimentos, via fertilização, a maior parte desse nitrogênio, por meio de efluentes humanos e de águas residuais das atividades agrícolas e industriais, termina no meio ambiente poluindo cursos d'água e zonas costeiras, aumentando a carga local e global de poluição e acumulando-se na biosfera.

O clássico trabalho de Rockström sobre os limites planetários demonstra que emitimos, hoje, 150 megatoneladas de nitrogênio novo, humanamente induzido, no ambiente e sugere que o limite seja inicialmente estabelecido em 25% do valor atualmente emitido, ou cerca de 35 megatoneladas de nitrogênio por ano.

Imaginem o quanto estamos distantes de voltar a 25% do total de nitrogênio novo de origem antropogênica, que seria o limite planetário desse elemento, considerando que o crescimento da população humana, na primeira década do século 21, é de 100 milhões de pessoas por ano e considerando que a produção per capita de fósforo é de 4g, a de nitrogênio de 15g, e a de carbono de 100g. A partir disso, podemos ter uma visão sobre os problemas de eutrofização que a humanidade terá ainda de enfrentar numa escala global.

Pelo exposto, podemos mensurar a importância da regulação do processo produtivo e da comercialização dos insumos agropecuários, por meio da mesma sistemática que regula o uso de agrotóxicos e as demais atividades relacionadas à produção agrícola.

Nesse contexto, consideramos inadequadas as emendas oferecidas pelo Ilustre Deputado Onofre Santo Agostini, que propõem impedir a consideração de diretrizes ambientais, quando da concessão do registro, por órgão federal, aos insumos agrícolas, para que sejam produzidos e comercializados no País. A primeira emenda reduz a análise do aspecto ambiental à aceitação, pelo órgão federal, de um simples laudo técnico, oferecido pelo interessado na obtenção do registro. A segunda emenda, considerada a opção do laudo técnico, declaradamente exclui a consideração das diretrizes do órgão federal do meio ambiente.

A importância da matéria, segundo o que pudemos constatar por meio dos dados anteriormente apresentados, só nos pode convencer de que a utilização dos citados insumos deve ser regulada da mesma forma que as demais atividades relacionadas à produção agrícola.

Feitas essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.166, de 2013 e pela rejeição das emendas a ele oferecidas.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 2014.

Deputado MÁRCIO MACÊDO
Relator